

HABEAS CORPUS Nº 548.850 - RS (2019/0358161-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : MAUREN HOFFMANN DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MAUREN HOFFMANN DE OLIVEIRA - RS088287
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : J A F DA S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de J. A. F. DA S. contra decisão monocrática proferida por Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que indeferiu o pedido liminar contido no HC n. 0299246-14.2019.8.21.7000.

Depreende-se dos autos que o paciente, na função de coordenador técnico da categoria sub-13 de um clube de futebol, foi denunciado pela suposta prática de crimes sexuais contra três meninos, além de maus tratos contra um deles, pois, segundo o *Parquet*, o suspeito teria ingressado no dormitório dos menores e introduzido a mão dentro de seus calções, tocando na genitália das vítimas.

Encerrada a instrução criminal, o paciente foi condenado, pela prática do crime tipificado no art. 214, *caput*, c/c o art. 226, inciso II, e art. 224, "a", todos do Código Penal, e nas sanções do art. 21 da Lei de Contravenções Penais, à pena de 12 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa.

Interposto o recurso de apelação pela defesa, foi acolhida preliminar para declarar extinta a punibilidade do ora paciente pela prescrição, em relação ao fato 1.1, e, no mérito, foi dado parcial provimento ao apelo defensivo para reduzir a pena do réu para 9 anos de reclusão, mantida, no mais, a sentença condenatória.

Ainda inconformada, a defesa do paciente ajuizou revisão criminal

perante o Tribunal local, requerendo que seja revisada a condenação a ele imposta nos autos do Processo n. 001/2.09.0098410-5. Em sede de liminar, pleiteou a suspensão dos efeitos da condenação até o julgamento de feito e, no mérito, a absolvição do ora paciente.

No entanto, em sessão de julgamento realizada no dia 27/9/2019, o Quarto Grupo Criminal do TJRS, por maioria, julgou improcedente a revisão criminal, ficando vencidos os Desembargadores Carlos Alberto Etcheverry, Relator, e José Conrado Kurtz de Sousa, que votaram pela absolvição do ora paciente pelo crime relacionado ao fato II.

O acórdão ficou assim ementado, nos termos da Desembargadora vencedora, Dra. Isabel de Borba Lucas (e-STJ fl.15):

REVISÃO CRIMINAL ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. ART.214 C/C O ART.224. A, E ART.226, II, TODOS DO CP. JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL COM RETRATAÇÃO DA VÍTIMA. DEPOIMENTO QUE NÃO SE MOSTRA CONSISTENTE PARA O JUÍZO DE ABSOLVIÇÃO.

A condenação do réu. ora requerente, não se baseou exclusivamente na palavra da vítima, mas também no depoimento de testemunhas, assim como avaliações psicológicas realizadas no menor. Ademais, as declarações da vítima, no novo depoimento prestado em justificação judicial, são totalmente inconsistentes e apresentam contradições, não sendo passíveis de alterar o juízo condenatório. A retratação da vítima evidencia seu constrangimento com a situação posta, sentindo-se culpada e pressionada com a condenação de seu abusador, pelo que refaz seu depoimento, tentando se justificar pelo "mal" que fez ao requerente. Condenação que deve ser mantida, preservada a coisa julgada.

REVISÃO CRIMINAL JULGADA IMPROCEDENTE. POR MAIORIA.

Por fim, tendo em vista a prisão do paciente, a defesa impetrou *habeas corpus* com pedido liminar perante o TJRS.

Contudo, no dia 13/11/2019, a Desembargadora Relatora do

referido *mandamus*, Dra. Isabel de Borba Lucas, indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 30/31).

Daí o presente *habeas corpus*, no qual a impetrante alega ser caso de superação da Súmula n. 691/STF, tendo em vista o suposto impedimento da Desembargadora Relatora *mandamus* originário, a qual participou do julgamento da apelação e na recente decisão de revisão criminal em que foi a redatora divergente.

Ainda inconformado com o resultado do pleito revisional, o impetrante afirma que o julgamento foi decidido com base em meras suposições, o que, segundo a defesa, eiva de nulidade o processo pelo voto condutor da mencionada Desembargadora.

Ao final, aduz que, *diante disso, no caso dos autos claramente está afastada a aplicabilidade da Súmula 691 do STF, uma vez que a decisão da Desembargadora Isabel está eivada de nulidade e abuso de poder, em que por mais de uma vez condenou o réu por suposições e, agora, sorteada para ser a relatora de decisão de habeas corpus, no qual sozinha e contaminada por decisões anteriores, vem a indeferir a liminar e manter o Paciente em cárcere* (e-STJ fl. 7).

Pugna, liminarmente e no mérito, pela expedição de alvará de soltura em favor do paciente *ou que seja anulado a decisão da relatora Isabel e o feito redistribuído, garantindo a imparcialidade e neutralidade* (e-STJ fl. 11).

É o relatório. **Decido.**

Em que pese o esforço argumentativo da defesa, o presente *habeas corpus* não merece ser conhecido.

Isso porque é assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante ilegalidade.

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 306.319/CE, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DE HABEAS CORPUS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO, NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PERDA DE OBJETO DO PRÓPRIO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

1. Tratando-se de impetração contra decisão monocrática, proferida por Desembargador Relator do Tribunal Estadual, que indeferiu pedido de liminar, em que não se observa teratologia ou falta de fundamentação, não há que ser mitigada a aplicação da Súmula n. 691 do STF.

2. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, a superveniência de acórdão, apreciando o mérito do writ originário, impetrado em 2º Grau, torna prejudicada a análise do habeas corpus, impetrado neste Superior Tribunal de Justiça.

3. Prejudicado o agravo regimental, em face da perda superveniente de objeto deste writ, pelo julgamento do habeas corpus na origem.

4. Agravo Regimental prejudicado. (AgRg no HC n. 288.056/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 12/05/2015, DJe 26/05/2015).

Superior Tribunal de Justiça

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Com efeito, conforme se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal, pois, numa análise própria do pedido liminar, encontra-se suficientemente fundamentada, *in verbis* (e-STJ fls. 30/31):

Vistos.

Não verifico, em princípio, ilegalidade na prisão do paciente que autorize a concessão de liminar no presente pedido de HABEAS CORPUS.

A concessão de liminar é medida excepcional, resguardada aos casos em que se constate flagrante ilegalidade, não havendo nos autos a excepcionalidade afirmada.

Na espécie, o paciente foi condenado, por decisão definitiva, já tendo sido julgada improcedente revisão criminal ajuizada em seu favor, bem como desacolhidos os respectivos embargos de declaração, por este Tribunal de Justiça.

Ressalta-se que não se está a tratar de execução provisória da pena, mas, sim, execução definitiva, de forma que a interposição de recurso especial do acórdão que julgou improcedente a revisão criminal não possui, por si só, efeito suspensivo, o qual, postulado em medida liminar ao Tribunal Superior, deverá ser apreciado pelo relator designado.

Quanto à possibilidade de concessão da prisão domiciliar, não há notícia de que tenha sido postulada perante o juízo originário, sendo inviável a apreciação por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Assim, indefiro a liminar pleiteada.

Solicitem-se as devidas informações e, com a juntada destas, dê-se vista ao Ministério Público.

Observa-se que a decisão ora impugnada buscou rechaçar o pedido liminar contido naquele *mandamus*, especificamente sobre a prisão do paciente para o início da execução definitiva da pena a ele imposta, que foi ratificada pelo Tribunal de origem tanto em sede de apelação criminal, quanto em revisão criminal. Ou seja, no momento próprio do exame do pedido liminar, nada se debateu a respeito do alegado impedimento da Desembargadora Isabel de Borba Lucas, uma vez que tal questão será verificada no momento oportuno.

Na verdade, ao que parece, a impetrante pretende alargar o espectro deste *writ* mandamental, uma vez que ataca uma decisão singular de Desembargadora, proferida em sede de *habeas corpus*, todavia, apresenta argumentos que combatem o decidido pelo TJRS no julgamento da Revisão Criminal.

Portanto, tendo em vista que o mérito do *habeas corpus* impetrado na origem – que, em tese, consiste no suposto impedimento da Desembargadora, visto que essa informação não pode ser comprovada, de plano, pelos autos - será tratado em sede de cognição exauriente, quando do julgamento definitivo, não visualizo a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem, de ofício, nesta instância superior.

Além disso, considerando que não há qualquer manifestação do Tribunal *a quo* a respeito do tema ora arguido, esta Corte Superior fica impedida de apreciar, de logo, o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ao ensejo, destaco os seguintes precedentes desta Corte:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. MANDAMUS IMPETRADO PERANTE O E. TRIBUNAL A QUO AINDA NÃO APRECIADO. DENEGAÇÃO DE LIMINAR. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE.

I - Hipótese em que a impetração se volta contra r. decisão monocrática por meio da qual foi indeferido pedido de medida liminar, ainda não tendo ocorrido o julgamento colegiado do mérito do writ no e. Tribunal a quo.

II - Em princípio, descabe o uso de habeas corpus para cassar indeferimento de liminar a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do c. Pretório Excelso ("Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar").

III - No caso concreto, não verifico situação de flagrante ilegalidade a justificar a superação do óbice sumular, razão pela qual se mostra descabido o uso de habeas corpus para cassar a r. decisão que indeferiu o pedido liminar, sob pena de indevida supressão de instância (Precedentes do c. Pretório Excelso e do STJ).

[...]

(HC 127.496/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 17/3/2009, DJe de 27/4/2009) - grifei.

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. CORRUPÇÃO ATIVA. LAVAGEM DE DINHEIRO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. WRIT CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE JULGOU A IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA PREJUDICADA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Dispõe a Súmula 691 do STF que não compete àquela Corte - nem, por analogia, a este Superior Tribunal - conhecer de habeas corpus contra decisão de relator que indefere pedido de liminar na origem. Ressalva-se a aplicabilidade de referido verbete sumular quando o julgado se apresentar flagrantemente ilegal ou teratológico, o que não ocorre na espécie.

2. Tal entendimento é aplicável, igualmente, à hipótese em que a impetração originária tenha sido julgada por decisão unipessoal de relator, ainda sujeita à interposição de agravo regimental, sem que a matéria tenha sido submetida a análise por órgão colegiado do Tribunal a quo e, portanto, não esgotadas as vias ordinárias, impondo-se o indeferimento liminar do mandamus, sob pena de indevida supressão de instância.

3. O decreto prisional menciona que o paciente, denunciado

Superior Tribunal de Justiça

pela suposta prática dos crimes de corrupção ativa, organização criminosa e lavagem de dinheiro, teve a sua prisão preventiva decretada em razão da existência de prova de materialidade delitiva e indícios de autoria, além de elementos a indicar a necessidade da segregação acautelatória, com vistas a garantir a ordem pública e a instrução criminal.

4. A teor da jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça, o habeas corpus não é o meio adequado para se perquirir a incompetência de magistrado, caso esta não reste manifestamente evidenciada nos autos, pois a análise de tal questão demandaria o revolvimento de provas, o que é vedado na via estreita do writ, devendo a matéria ser objeto de exceção.

5. Não tendo sido demonstrada a ocorrência de flagrante ilegalidade nos autos, não há se falar em mitigação da Súmula 691/STF.

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 339.293/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 17/11/2015, DJe de 23/11/2015) - grifei.

Desse modo, não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator